

Foto: Rudimar Zanesso.



Panorama da Mão de Obra Familiar na Viticultura do Rio Grande do Sul

Joelsio Jose Lazzarotto¹
Loiva Maria Ribeiro de Mello²

Introdução

Grande parte da produção vitícola brasileira é realizada por produtores rurais familiares. Nessa perspectiva, destaca-se o Rio Grande do Sul, que constitui o maior produtor nacional de uvas, respondendo, em 2013, por cerca de 63% e 57%, respectivamente, da área colhida e da produção brasileira da fruta (IBGE, 2014).

A grande maioria da produção de uva do Estado é desenvolvida em pequenas propriedades de agricultura familiar, que, em 2002, segundo Protas et al. (2002), exploravam, em média, 2,5 hectares de vinhedos.

Considerando-se a grande dimensão e importância da viticultura familiar do Rio Grande do Sul, ao mesmo tempo em que, dentro do setor agropecuário, a produção vitícola está entre as atividades que são altamente intensivas no uso de mão de obra, foi desenvolvido este estudo, com dois objetivos

principais: 1) para diferentes faixas de área de vinhedos, avaliar a composição e o emprego dos membros das famílias vinculadas às propriedades familiares de produção de uva do Estado; e 2) para essas propriedades, avaliar questões relacionadas com parcerias, contratação de mão de obra de terceiros e perspectivas em termos de sucessão familiar.

Considerações metodológicas

Para conduzir este estudo, foram utilizados dois conjuntos de dados das propriedades familiares produtoras de uva do Rio Grande do Sul, em dois momentos (1995 e 2012), envolvendo a população dos viticultores. Complementarmente, foram utilizados dados oriundos do Cadastro Vitícola do Rio Grande do Sul. Além disso, para auxiliar nas discussões de alguns dos resultados obtidos, foram utilizados dados dos censos demográficos brasileiros para os anos de 1996 e 2010.

¹ Pesquisador, Dr., Embrapa Uva e Vinho, Caixa Postal 130, CEP 95700-000, Bento Gonçalves, RS.
E-mail: joelsio.lazzarotto@embrapa.br.

² Pesquisador, M.Sc., Embrapa Uva e Vinho, Caixa Postal 130, CEP 95700-000, Bento Gonçalves, RS.
E-mail: loiva.mello@embrapa.br.

É importante enfatizar que, em 2012, foi realizado um levantamento de dados mais específico sobre as pessoas vinculadas às referidas propriedades. Portanto, em 2012, existiam mais informações em relação às existentes em 1995. O formulário do levantamento dos dados compreendia informações sobre os seguintes aspectos: composição e idade dos membros da família; mão de obra familiar empregada tanto na propriedade quanto fora dela; contratação de mão de obra e parcerias para explorar a viticultura; e perspectivas relacionadas à sucessão familiar, informadas pelos viticultores. A essas informações, foram associados os dados do cadastro vitícola para obtenção da área total da propriedade, área de vinhedos e produção de uvas.

Salienta-se que, para aumentar a confiabilidade dos resultados, foram excluídos da análise os dados das propriedades rurais que apresentavam inconsistências, especialmente envolvendo informações essenciais associadas à composição e à utilização da mão de obra familiar, bem como os dados das propriedades pertencentes a empresas que possuem CNPJ. O conjunto final de propriedades rurais que formou a amostra estudada foi superior a 80% da população total de propriedades. Assim, para os anos de 1995 e 2012, foram utilizados dados de 11.384 e 9.800 propriedades vitícolas familiares, respectivamente.

No ano de 2012, a microrregião de Caxias do Sul respondeu por cerca de 77% das propriedades

que compuseram a amostra. As outras duas microrregiões mais expressivas foram Vacaria (9,6%) e Guaporé (5,7%), conforme pode ser observado na Figura 1. Cabe mencionar, ainda, que, em 2012, a microrregião de Caxias do Sul, além de responder por 77,89% da população total das propriedades produtoras de uva do Rio Grande do Sul, ocupou 80,22% da área de vinhedos do Estado. Por sua vez, as microrregiões de Vacaria e Guaporé responderam, respectivamente, por 7,65% e 4,59% dessa população. Quanto à área vitícola estadual total, essas duas microrregiões compreenderam, respectivamente, 4,83% e 4,18% (MELLO et al., 2013).

Para gerar e analisar os resultados, as propriedades foram divididas em cinco grupos, de acordo com as seguintes faixas de área de vinhedos que exploravam: até 1,5 hectares, de 1,51 a 3,0 hectares, de 3,01 a 4,5 hectares, de 4,51 a 6,0 hectares e com mais de 6,0 hectares. O objetivo principal dessa divisão foi o de contribuir para a realização de análises acerca da composição e da dinâmica da mão de obra familiar em diferentes módulos de produção vitícola.

Dados gerais das propriedades vitícolas estudadas

A Figura 2 traz uma síntese geral das propriedades vitícolas estudadas, já enquadradas nos cinco agrupamentos por áreas de vinhedos. Comparando-

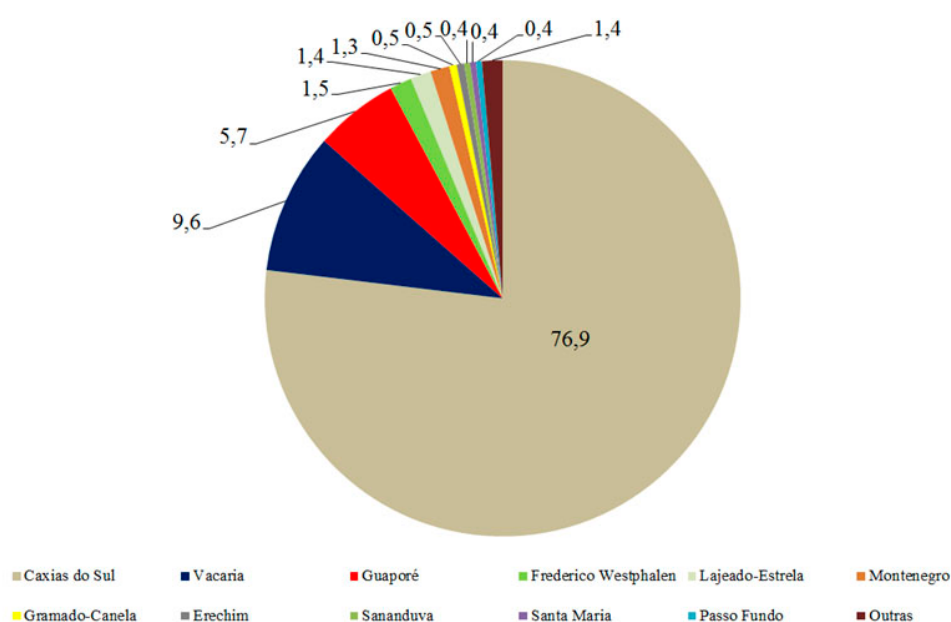


Fig. 1. Distribuição, por microrregião do Estado do Rio Grande do Sul, das propriedades vitícolas utilizadas no estudo – ano de 2012.

se os dois anos analisados, nota-se um aumento relativo nos grupos de propriedades com maiores áreas de vinhedos. Se, em 1995, as propriedades com até 1,5 hectares e com mais de 4,5 hectares representavam 51,2% e 6,6% do total, respectivamente, em 2012, passaram a responder por 37,6% e 18,1%, respectivamente. Esse comportamento é similar para as outras variáveis relacionadas às áreas total e de vinhedos e à produção de uvas.

Sobre as propriedades vitícolas, é interessante destacar também que, em termos absolutos, considerando-se a população total de propriedades produtoras de uva, entre 1995 e 2012, houve diminuição daquelas com até 1,5 hectares: 6.608 para 5.710. Para as propriedades com mais de 4,5 hectares, o número total foi ampliado de 852 para 2.749.

Especialmente sobre a produção vitícola do Rio Grande do Sul, com base nos dados expostos na Figura 2, pode-se afirmar que, entre 1995 e 2012, houve uma expressiva tendência de concentração da produção nas propriedades maiores.

A partir da Tabela 1, percebe-se que, entre 1995 e 2012, a área total média das propriedades, de maneira geral, aumentou em 11,0%, passando de 15,5 para 17,2 hectares. Esse aumento deve-se, sobretudo, às propriedades com mais de 6,0 hectares de vinhedos, que passaram, em média, de 23,9 para 33,2 hectares, o que representa um crescimento próximo a 39%. Outro fator a se considerar é que, de 1995 a 2012, ocorreu expansão da viticultura fora da região tradicional produtora. Nessas novas regiões, a área média das propriedades é maior (MELLO, 2013).

Em termos gerais, a área média dos vinhedos também aumentou em mais de 42% (1,9 para 2,7 hectares), o que decorre, em grande parte, da ampliação dos vinhedos nas propriedades ocupantes da faixa com mais de 6 hectares, haja vista que, nas demais, essa área ficou praticamente estável. Confrontando-se esses dados com os da população total de propriedades (MELLO, 2013), observa-se que a área média dos vinhedos do estudo é praticamente a mesma do Estado do Rio Grande do Sul: 1,88 hectares e 2,71 hectares para os anos de 1995 e 2012, respectivamente. Analisando-se

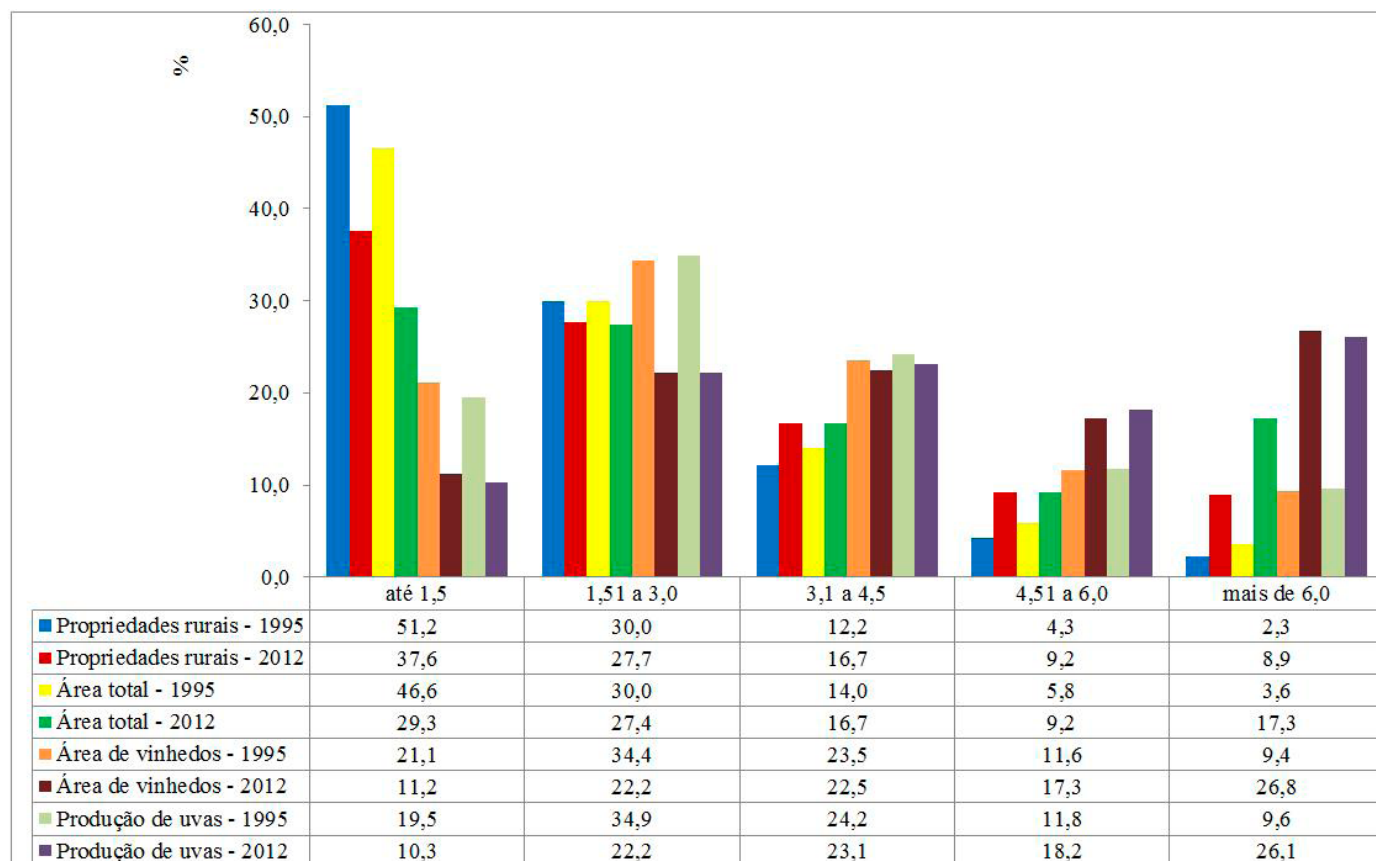


Fig. 2. Dados gerais, expressos em porcentagem por faixas de vinhedos (em hectares), relativos às propriedades rurais utilizadas no estudo – anos de 1995 e 2012.

especificamente os dados das propriedades vitícolas utilizadas neste estudo para a microrregião de Caxias do Sul, constata-se que a área média de vinhedos aumentou de 1,94 para 2,76 ha por propriedade, nesses mesmos anos.

Com relação à produção de uvas, entre os dois anos avaliados, registrou-se crescimento entre 6% e 9% para todas as faixas de vinhedos. Esse incremento pode ser atribuído às flutuações de safra e à maior proporção de cultivares americanas e híbridas, que apresentam maior produtividade. Entre 1995 e 2012,

a área plantada com cultivares americanas e híbridas passou de 81% para 84% da área vitícola total do Rio Grande do Sul.

Com base nos dados apresentados na Tabela 1, pode-se verificar ainda que, as propriedades com até 1,5 hectares tendem a apresentar produtividades menores que aquelas enquadradas nas demais faixas. Esse resultado pode ser decorrente de uma menor qualificação dos produtores, disponibilidade de recursos de capital de curto e longo prazos para investimentos nos vinhedos e importância da viticultura na composição da renda da propriedade.

Tabela 1. Dados médios relativos às propriedades rurais utilizadas no estudo – anos de 1995 e 2012.

Variáveis	Ano	Faixas de vinhedos (hectares)					
		até 1,5	1,51 a 3,0	3,1 a 4,5	4,51 a 6,0	mais de 6,0	geral
Área total média (ha)	1995	14,1	15,5	17,9	21,1	23,9	15,5
	2012	13,5	17,1	17,3	17,1	33,2	17,2
Área média de vinhedos (ha)	1995	0,8	2,2	3,6	5,2	7,7	1,9
	2012	0,8	2,2	3,7	5,2	8,3	2,7
Produção média de uvas (t)	1995	13,2	39,5	67,5	94,3	141,3	34,3
	2012	14,4	42,0	72,3	103,2	154,0	52,2
Produtividade média de uvas (kg/ha)	1995	16.560	18.225	18.560	18.295	18.404	17.427
	2012	17.657	19.002	19.653	19.988	18.938	18.691

Composição e mão de obra familiar nas propriedades vitícolas

A Tabela 2 sintetiza a composição das famílias, bem como o direcionamento do emprego da mão de obra familiar disponível. Dos resultados apresentados nessa Tabela, é interessante destacar quatro pontos acerca dos moradores das propriedades vitícolas:

1. As propriedades com até 3,0 hectares de vinhedos, que, em 1995, tinham 78,6% do total de moradores, em 2012, passaram a responder por 56,1% desses. Por outro lado, as propriedades com mais de 3,0 hectares de cultivo com videiras, que, em 1995, tinham apenas 21,4% do total de moradores, em 2012, passaram a ter 43,9% desses.

2. Os moradores com mais de 60 anos são as pessoas que, em termos relativos, mais aumentaram nos cinco agrupamentos

estabelecidos. No geral, se, em 1995, eles representavam 13,2% do total de moradores, em 2012, passaram a corresponder a 24,6%.

3. Com relação aos moradores com até 17 anos, constata-se que houve redução relativa em todos os agrupamentos. No geral, passaram de 17,3% para apenas 9,0% do total.

4. Fica evidente que, quanto menor era a área de vinhedos, maior tornava-se a participação relativa de moradores mais velhos.

Quanto aos dados dos membros das famílias que, em 2012, trabalhavam nas próprias propriedades, verificou-se que a maior concentração de pessoas nos cinco agrupamentos estava entre 41 e 60 anos. Apesar disso, verificou-se que, nas propriedades

enquadradas nos agrupamentos com maiores áreas de vinhedos, os membros da família que trabalham nas próprias propriedades tendem a ter idade ligeiramente menor.

No geral, embora, em 2012, respondessem por apenas 33,4% e 32,2% da área e da produção vitícola, respectivamente, as propriedades com até 3,0 hectares de videiras foram responsáveis por empregar 58,7% do total da mão de obra familiar disponível, considerando-se o total das propriedades familiares. Esses resultados permitem inferir que, nessas propriedades, a viticultura pode ser mais intensiva no uso de mão obra, ou as demais atividades da propriedade absorvem expressiva quantidade de mão de obra.

Com relação às pessoas que trabalhavam fora das propriedades, observou-se um aumento tanto no número de pessoas como no número de propriedades com membros da família trabalhando em outros locais. Enquanto em 1995 eram 3.235 pessoas que trabalhavam fora, pertencentes a 1.652 propriedades, em 2012, esses números passaram para 6.484 pessoas, vinculadas a 2.388 propriedades.

A respeito do emprego fora das propriedades estudadas, a partir dos dados apresentados na Tabela 2, é interessante destacar outros pontos:

1. As propriedades com até 3,0 hectares de vinhedos, que, em 1995, respondiam por 82,2% do total de pessoas das famílias que trabalhavam fora das propriedades, em 2012, passaram a responder por 63,3% desse total. Isso, de certa forma, justifica-se pelo fato de haver, entre 1995 e 2012, uma grande saída de moradores dessas propriedades.

2. Por outro lado, os agrupamentos de propriedades com maiores áreas de vinhedos passaram a ter maior participação relativa de pessoas trabalhando fora da propriedade, o que pode estar associado a algumas razões principais, como: 1) maior facilidade de locomoção para o local de trabalho; 2) maior mecanização de operações agrícolas relacionadas com a viticultura explorada em áreas maiores; 3) aumento da contratação de mão de obra nas propriedades maiores; 4) busca de novas alternativas profissionais das pessoas mais jovens ligadas a essas propriedades (nas propriedades com mais de 3,0 hectares, mais de 60% das pessoas que trabalham fora têm entre 18 e 40 anos).

Mediante a Figura 3, pode-se perceber que, entre os referidos anos, o número médio de pessoas das famílias que moravam nas propriedades caiu

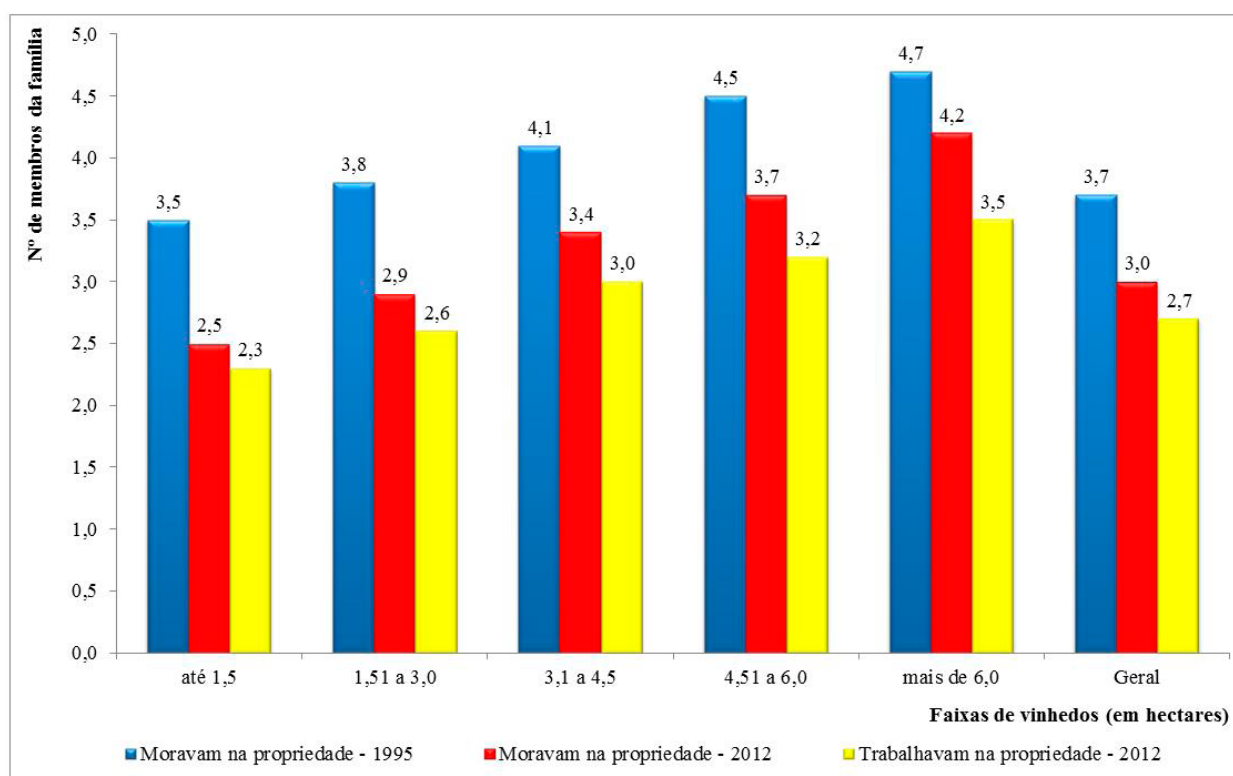


Fig. 3. Médias de pessoas das famílias que moravam e trabalhavam nas propriedades rurais utilizadas no estudo – anos de 1995 e 2012.

Tabela 2. Dados dos membros das famílias vinculadas às propriedades rurais utilizadas no estudo, expressos em porcentagem – anos de 1995 e 2012.

Variável	Faixas de idade	Ano de 1995					
		Faixas de vinhedos (hectares)					
		até 1,5	1,51 a 3,0	3,1 a 4,5	4,51 a 6,0	mais de 6,0	geral
Moravam na propriedade	até 10 anos	7,5%	8,3%	7,6%	8,0%	6,2%	7,7%
	11 a 17 anos	9,5%	9,7%	9,3%	10,6%	8,9%	9,6%
	18 a 60 anos	69,2%	69,4%	70,7%	66,9%	73,8%	69,5%
	mais de 60 anos	13,8%	12,6%	12,4%	14,5%	11,1%	13,2%
	geral	48,0%	30,6%	13,4%	5,2%	2,9%	100,0%
Trabalhavam fora da propriedade¹	até 10 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	11 a 17 anos	8,0%	5,8%	12,9%	6,9%	9,3%	7,9%
	18 a 60 anos	88,1%	90,4%	84,7%	88,3%	90,7%	88,4%
	mais de 60 anos	3,9%	3,8%	2,4%	4,9%	0,0%	3,7%
	geral	53,3%	28,9%	13,0%	3,2%	1,7%	100,0%
Variável	Faixas de idade	Ano de 2012					
		Faixas de vinhedos (hectares)					
		até 1,5	1,51 a 3,0	3,1 a 4,5	4,51 a 6,0	mais de 6,0	geral
Moravam na propriedade	até 10 anos	2,8%	3,6%	4,2%	4,9%	4,2%	3,7%
	11 a 17 anos	4,6%	5,0%	6,3%	5,7%	5,5%	5,3%
	18 a 40 anos	23,1%	27,0%	29,7%	30,3%	32,9%	27,5%
	41 a 60 anos	41,4%	39,9%	37,4%	36,8%	35,3%	38,9%
	mais de 60 anos	28,0%	24,5%	22,4%	22,3%	22,1%	24,6%
	geral	29,6%	26,5%	19,4%	11,9%	12,6%	100,0%
Trabalhavam fora da propriedade²	até 10 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	11 a 17 anos	2,6%	3,1%	3,4%	3,3%	2,8%	3,0%
	18 a 40 anos	23,9%	27,8%	31,7%	32,5%	34,2%	28,5%
	41 a 60 anos	46,2%	45,3%	42,9%	42,3%	41,5%	44,3%
	mais de 60 anos	27,3%	23,9%	22,0%	22,0%	21,5%	24,1%
	geral	31,7%	27,0%	18,5%	11,0%	11,7%	100,0%
Trabalhavam fora da propriedade	até 10 anos	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	11 a 17 anos	2,1%	2,3%	2,5%	2,6%	1,6%	2,3%
	18 a 40 anos	50,1%	57,1%	64,0%	66,0%	64,6%	57,4%
	41 a 60 anos	40,2%	34,7%	28,3%	26,4%	29,5%	34,3%
	mais de 60 anos	7,6%	5,9%	5,1%	5,0%	4,2%	6,1%
	geral	35,8%	27,5%	17,3%	9,0%	10,4%	100,0%

¹ Trabalho fora da propriedade em meio período ou período integral.² Dados disponíveis apenas para o ano de 2012.

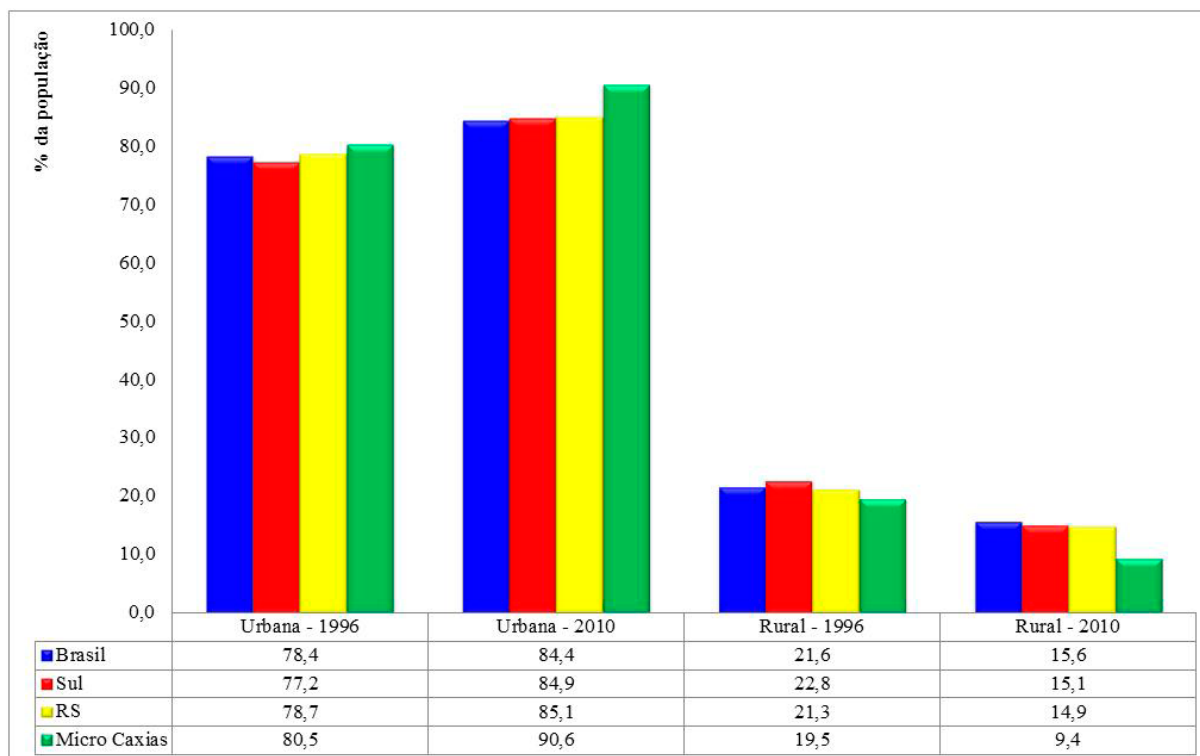
nos cinco agrupamentos, sendo essa queda mais expressiva nas propriedades com menores áreas de vinhedos. Em termos gerais, o número médio de membros das famílias que moravam nas propriedades passou de 3,7 para 3,0, que corresponde a uma diminuição próxima de 19%. Para as propriedades com até 1,5 hectares, essa queda foi próxima de 29%.

Com relação às pessoas das famílias que trabalhavam nas próprias propriedades, é possível perceber que, quanto maior a área vitícola, maior o emprego de mão de obra familiar. Enquanto as propriedades com até 1,5 hectares possuíam, em média, 2,3 membros da família trabalhando na própria propriedade, naquelas com mais de 6,0 hectares, essa média foi de 3,5. Apesar da coerência desses números, fica evidente que a oferta de mão de obra familiar por unidade de área tende a ser significativamente menor nas propriedades maiores.

É pertinente destacar que grande parte dos resultados apresentados até o momento segue a mesma trajetória observada em outros locais do país. Nesse sentido, com base em dados dos censos demográficos brasileiros dos anos de 1996 e 2010, foram elaboradas as Figuras 4 a 7.

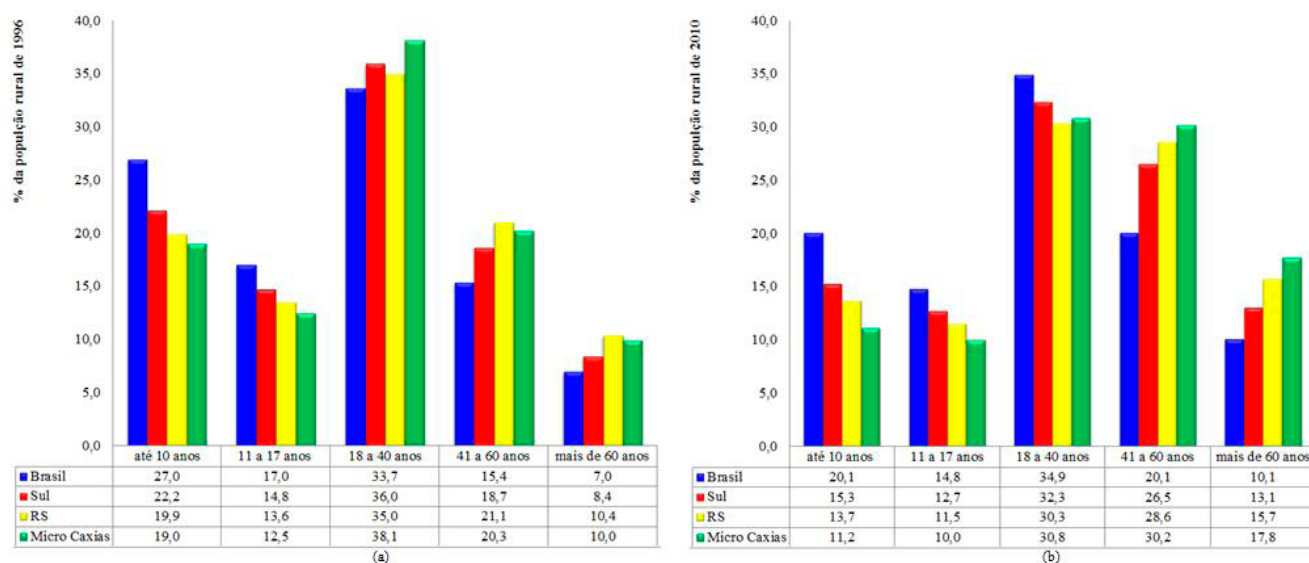
A Figura 4 mostra que a população urbana, ao contrário da rural, tem crescido significativamente nas últimas duas décadas, passando, em 2010, a corresponder a 84,4% da população total; em 1996, representava 78,4%. Analisando especialmente a microrregião de Caxias do Sul, onde se concentra grande parcela dos viticultores familiares brasileiros, fica evidente que o aumento da população urbana e o decréscimo da população rural são ainda mais expressivos: entre 1996 e 2010, enquanto a população urbana passou de 80,5% para 90,6%, a população rural passou de 19,5% para apenas 9,4%.

Ao analisarem-se os dados da distribuição da população rural por faixas de idade, constata-se que, entre 1996 (Figura 5a) e 2010 (Figura 5b), ocorreu um acentuado envelhecimento da população rural, haja vista que, em termos relativos, enquanto houve queda no número de pessoas enquadradas nas faixas com até 40 anos de idade, nas faixas com mais de 40 anos houve uma ampliação. Observando-se especificamente os dados da microrregião de Caxias do Sul, pode-se inferir que esse envelhecimento, em relação ao Brasil como um todo, bem como à Região Sul e ao Rio Grande do Sul, foi ainda mais expressivo. Isso porque, se em 1996, a população rural com mais de 40 anos representava 30,3% do



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1996 e 2010 (IBGE, 2014).

Fig. 4. Percentuais da população urbana e rural no Brasil, na Região Sul, no Rio Grande do Sul e na microrregião de Caxias do Sul – anos de 1996 e 2010.



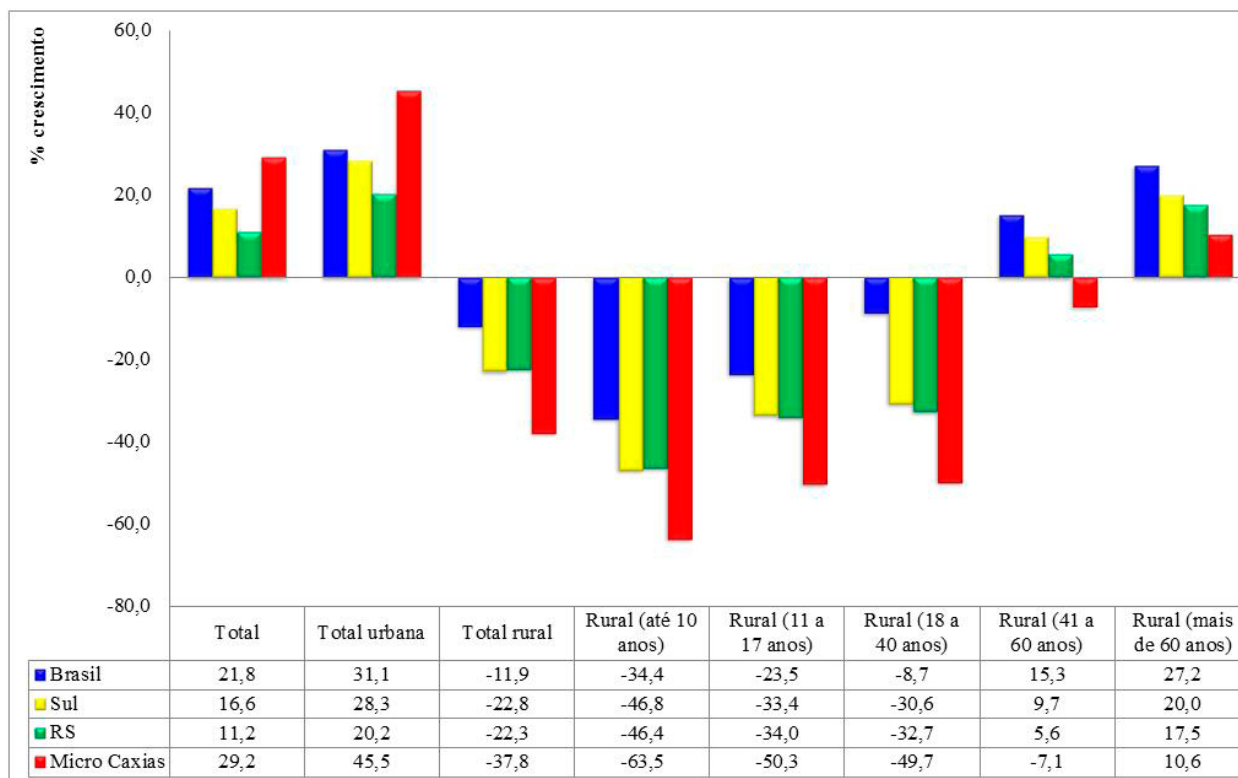
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1996 e 2010 (IBGE, 2014).

Fig. 5. Distribuição da população rural, por diferentes faixas de idade, no Brasil, na Região Sul, no Rio Grande do Sul e na microrregião de Caxias do Sul – anos de 1996 e 2010.

total, em 2010, passou a corresponder a 48,0% do total.

A Figura 6 deixa claro que, nas últimas duas décadas, o êxodo rural tem sido significativo no Brasil: 11,9%, entre 1995 e 2010. Quando se levam em conta apenas os dados da Região Sul, do Rio

Grande do Sul e da microrregião de Caxias do Sul, pode-se visualizar que esse êxodo tem sido muito mais acentuado. Para essa microrregião, no referido período, houve uma queda da ordem de 37,8% da população residente no meio rural, havendo, ainda, aumento somente no número de pessoas com mais de 60 anos de idade.



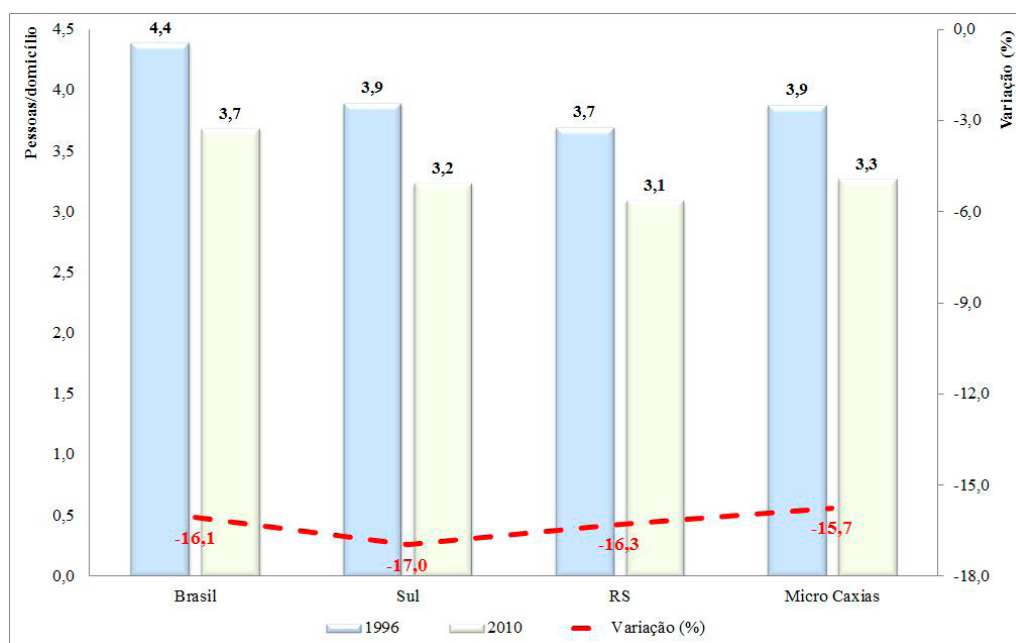
Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1996 e 2010 (IBGE, 2014).

Fig. 6. Taxas de crescimento, entre 1996 e 2010, da população total, urbana e rural no Brasil, na Região Sul, no Rio Grande do Sul e na microrregião de Caxias do Sul.

Mediante a Figura 7, nota-se, também, que, nas últimas duas décadas, foram registrados decréscimos relevantes no número médio de habitantes por domicílio rural particular permanente.

No país como um todo, nesse período, passou-se de 4,4 para 3,7 moradores, o que representa uma queda de 16,1%. Quando se analisa o Estado do Rio Grande do Sul e a microrregião de Caxias do Sul, constata-se que os números são muito próximos daqueles apresentados e discutidos na Figura 3.

Com relação ao emprego da mão de obra familiar fora das propriedades vitícolas estudadas, embora entre 1995 e 2012 tenha ocorrido aumento expressivo no total de pessoas trabalhando fora, ao se levarem em conta apenas os dados das propriedades que tinham pessoas com essa condição, verifica-se que o número médio de trabalhadores reduziu em todos os agrupamentos de áreas de vinhedos. Nesse sentido, para as propriedades com pessoas que trabalhavam fora, a oferta dessa mão obra passou de 2,0 para 1,4 membros da família, o que representa uma queda de 30% (Figura 8).



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados dos Censos Demográficos de 1996 e 2010 (IBGE, 2014).

Fig. 7. Médias e taxas de variação relativas a pessoas residentes em domicílios rurais particulares permanentes no Brasil, na Região Sul, no Rio Grande do Sul e na microrregião de Caxias do Sul – anos de 1996 e 2010.

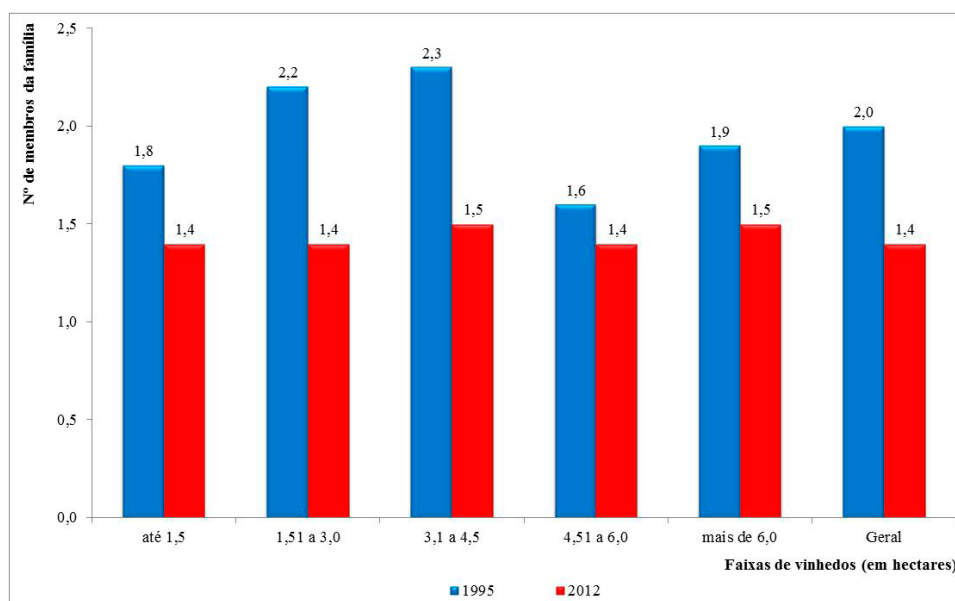


Fig. 8. Médias de membros das famílias que trabalhavam fora, considerando-se apenas as propriedades rurais com pessoas empregadas em outros locais – anos de 1995 e 2012.

A partir da Figura 9, pode-se visualizar que, entre 1995 e 2012, do total das propriedades familiares estudadas, nos cinco agrupamentos de área de vinhedos estabelecidos, houve aumento das que possuíam membros da família trabalhando fora do estabelecimento familiar. Esse aumento, que justifica a ampliação observada no total de pessoas trabalhando fora, foi mais expressivo nas propriedades com mais de 6 hectares de videiras, passando de 11,0% para 26,8% do total de estabelecimentos vitícolas dessa faixa. Na média geral, as propriedades com pessoas trabalhando fora passaram de 14,5% para 24,4% do total.

Ao analisarem-se aspectos relacionados à idade dos membros das famílias (Tabela 3), pode-se constatar que, em 2012, nos cinco agrupamentos de propriedades familiares, a idade média das pessoas que moravam e trabalhavam na própria propriedade estava próxima dos 50 anos. Além disso, verificou-se que, quanto menor a área de vinhedos, tende a ocorrer um ligeiro aumento na idade média dessas pessoas.

Para as pessoas que trabalhavam fora da propriedade rural, no geral, a idade média ficou em 38,7 anos, ou seja, a mão de obra empregada na propriedade

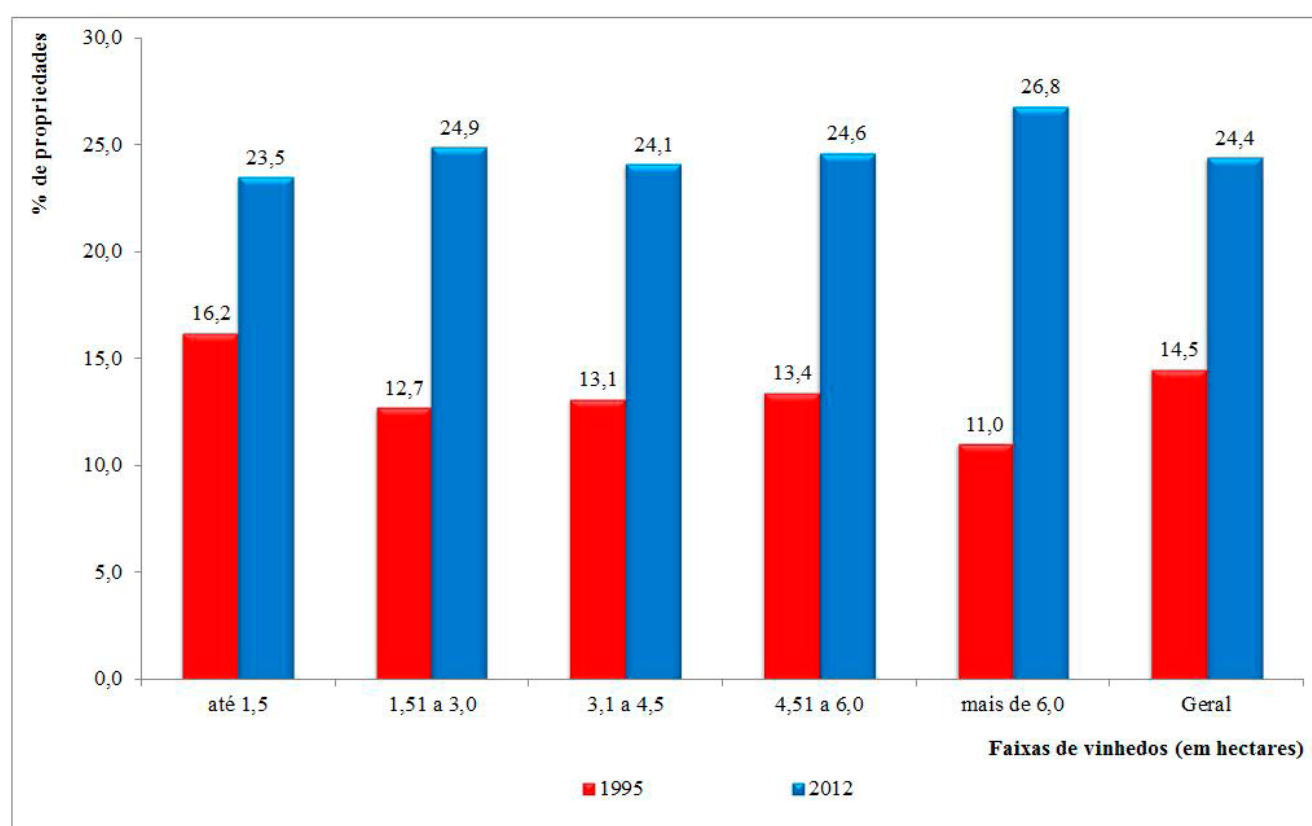


Fig. 9. Percentuais de propriedades utilizadas no estudo que tinham membros das famílias que trabalhavam fora – anos de 1995 e 2012.

Tabela 3. Idades médias (em anos) dos membros das famílias vinculadas às propriedades utilizadas no estudo – ano de 2012.

Variável	Faixas de vinhedos (hectares)					
	até 1,5	1,51 a 3,0	3,1 a 4,5	4,51 a 6,0	mais de 6,0	geral
Pessoas que moravam na propriedade	51,8	49,2	48,2	48,3	47,9	49,8
Pessoas que trabalhavam na propriedade	52,3	50,1	49,3	49,3	49,0	50,6
Pessoas que trabalhavam fora da propriedade	40,7	38,5	37,4	36,0	36,4	38,7
Proprietário	58,6	57,9	59,2	60,5	61,2	58,9

é predominantemente de pessoas com maior idade em relação àquelas que moram na propriedade e trabalham fora. Evidenciou-se, também, que, nos agrupamentos de propriedades com menores áreas vitícolas, essa média foi maior.

Por fim, nota-se que a idade média dos proprietários ficou próxima dos 59 anos, com maior idade média para as faixas de vinhedos acima três hectares.

Com base na Figura 10, constata-se que, em 2012, quanto menor a área vitícola explorada, menor foi o percentual da mão de obra familiar disponível empregada na viticultura. Salienta-se que essa mão de obra está associada apenas às pessoas que trabalhavam na própria propriedade. Além disso, de maneira geral, pode-se observar também que, em todos os agrupamentos estabelecidos, a mão de obra familiar disponível não é empregada exclusivamente para a produção de uvas. Na média geral, esse emprego ficou em 71,5%.

Contratação de mão de obra e parceria nas propriedades vitícolas

Quanto à contratação de mão de obra para a viticultura familiar do Rio Grande do Sul, verificou-se que, em 2012, nos cinco agrupamentos de

propriedades, houve contratação de força de trabalho de terceiros para atender demandas relacionadas, sobretudo, com as operações de colheita da fruta (principal motivo de contratação) e de poda da videira. No entanto, salienta-se que essa contratação tende a ser muito mais expressiva nas propriedades com maiores faixas de vinhedos. Enquanto na faixa de vinhedos com até 1,5 hectares apenas 12,5% das propriedades contrataram mão de obra, na faixa com mais de 6,0 hectares, esse percentual foi de 69,1% (Figura 11).

Além de contratarem mais mão de obra, as propriedades maiores geralmente contratam pessoas por mais tempo ao longo do ano. Se, para as propriedades com até 1,5 hectares que contrataram mão de obra, o número médio de dias de contrato no ano de 2012 foi de 12,5, para as propriedades com mais de 6,0 hectares, essa média foi de 27,7 dias.

Em termos de parceria, com base na Figura 11, pode-se verificar que, na média geral, em torno de 11% das propriedades vitícolas estudadas têm algum tipo de parceira. Destaca-se, também, que, para os agrupamentos de propriedades com maiores áreas de vinhedos, o percentual de estabelecimentos com algum tipo de parceira é muito superior àqueles observados nos agrupamentos de menores áreas.

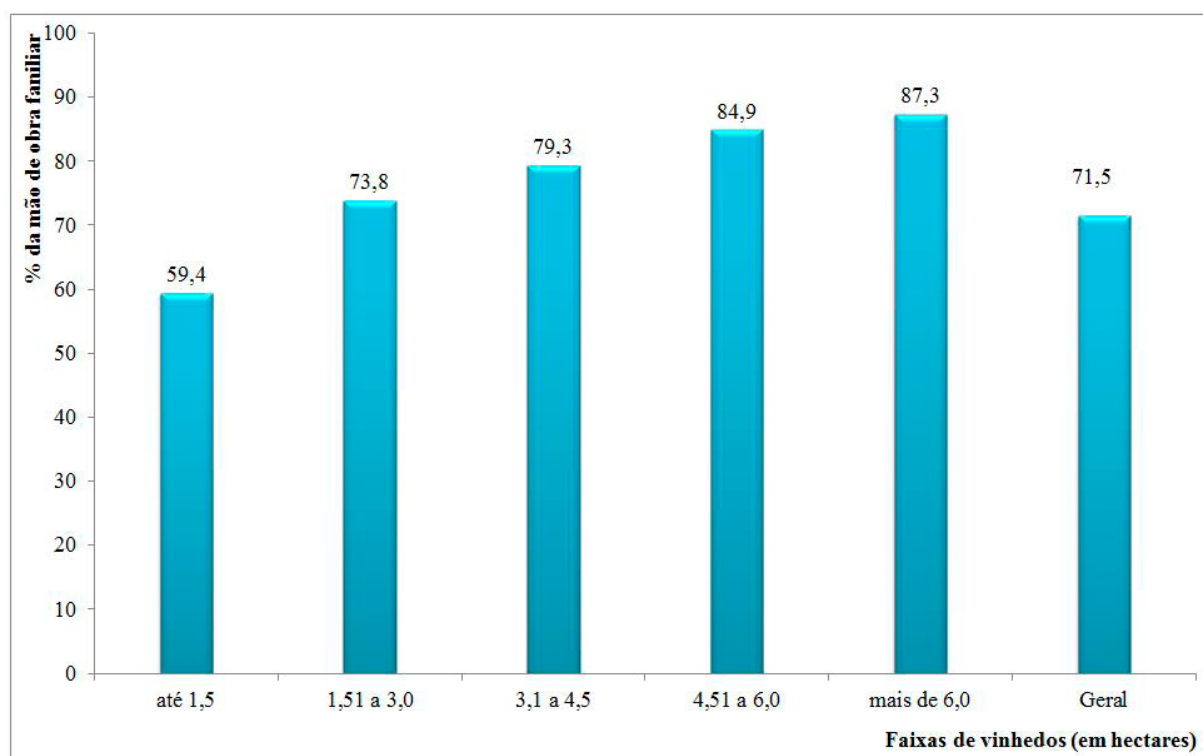


Fig. 10. Percentuais de emprego na viticultura da mão de obra familiar disponível nas propriedades utilizadas no estudo – ano de 2012.

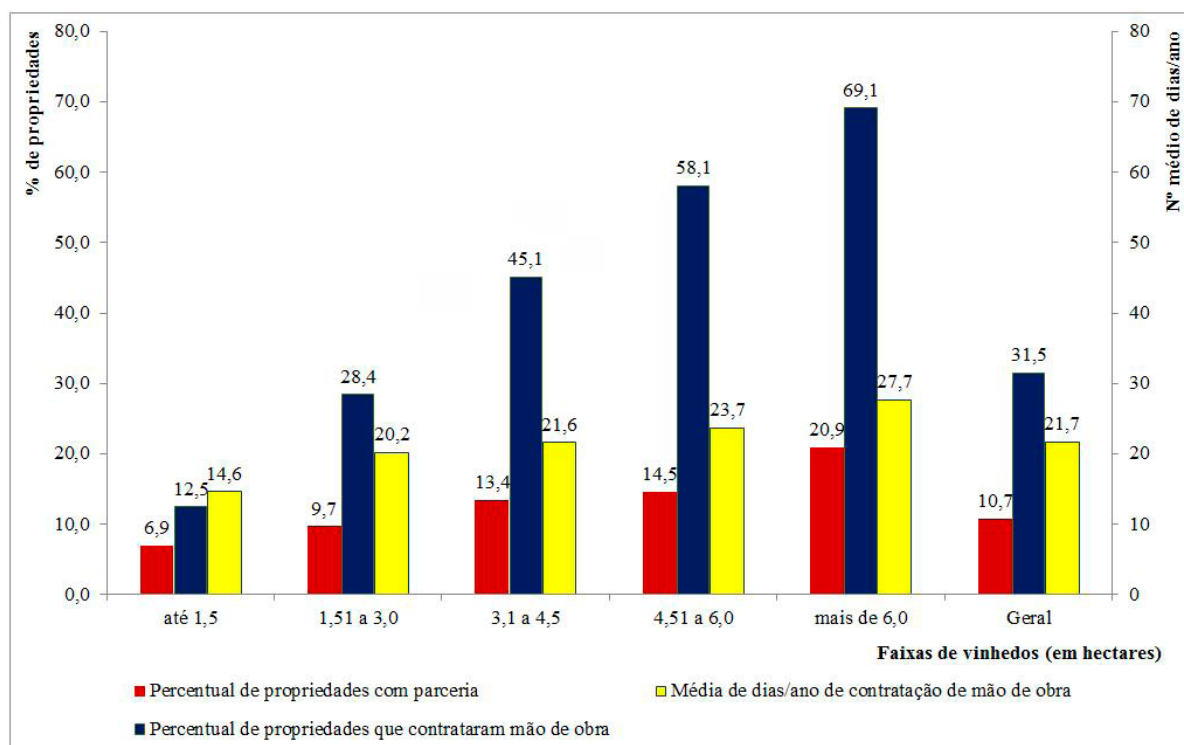


Fig. 11. Dados relativos à contratação de mão de obra e parceria nas propriedades vitícolas utilizadas no estudo – ano de 2012.

Perspectivas de sucessão familiar nas propriedades vitícolas

Para o ano de 2012, foram feitas duas perguntas aos proprietários sobre perspectivas de sucessão familiar: 1) *os filhos vão continuar na propriedade?* e 2) *se não vão continuar, qual é o motivo principal?* Com base nas respostas, elaborou-se a Figura 12, a qual, a partir da perspectiva dos proprietários, mostra que, nos cinco agrupamentos definidos, existe um considerável número de propriedades familiares sem perspectivas de haver sucessor. Na média geral, o problema de sucessão foi constatado para 41,9% das propriedades. É importante salientar, ainda, que esse problema tende a ser muito mais expressivo para as propriedades com menores áreas vitícolas. Isso porque, enquanto 51% daquelas com até 1,5 hectares consideraram que não vai haver sucessor, para as propriedades com mais de 6,0 hectares, a falta de sucessor foi registrada em 27,4% do total.

Com base nos dados das propriedades rurais que haviam informado os principais motivos para a falta de sucessão familiar, foi construída a Figura 13, na qual estão listados os seis motivos mais citados. Nota-se que, para todas as faixas de vinhedos das propriedades estudadas, o motivo principal está associado ao fato de os filhos trabalharem e/ou

morarem fora da propriedade, ou seja, já terem se desligado da atividade agrícola. Salienta-se que essa situação é, em termos relativos, mais expressiva para as propriedades vitícolas com menores áreas. Isso, de certa forma, demonstra a busca por outras alternativas de geração de renda, em função do pequeno tamanho da atividade vitícola, como forma de atender a todas as demandas dos membros das famílias dessas propriedades.

O desestímulo ou desinteresse com a produção vitícola constitui outro motivo declarado pelos produtores, o qual ficou muito evidente, especialmente para as propriedades maiores. Esse motivo, de certa maneira, está intimamente ligado aos demais motivos citados. Tomando-se como exemplo o motivo discutido anteriormente, os filhos que trabalham e/ou moram fora o fizeram por algum tipo de desestímulo em relação à atividade que exerciam. Nesse caso, pode-se destacar que, para significativa parcela das propriedades com maiores áreas vitícolas e que não têm perspectivas de que ocorra sucessão familiar, a viticultura é vista como uma atividade que se mostra pouco interessante para os filhos por algumas razões

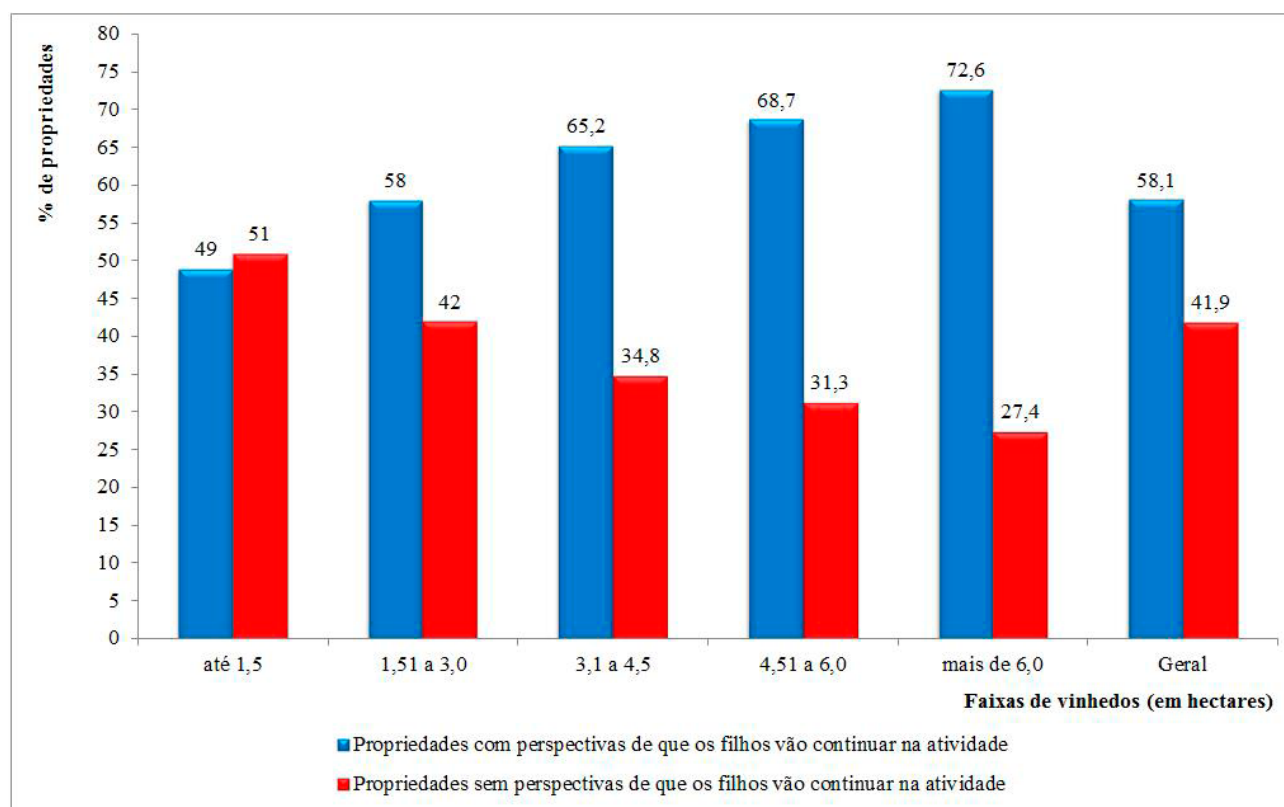


Fig. 12. Perspectivas em termos de sucessão familiar nas propriedades vitícolas utilizadas no estudo – ano de 2012.

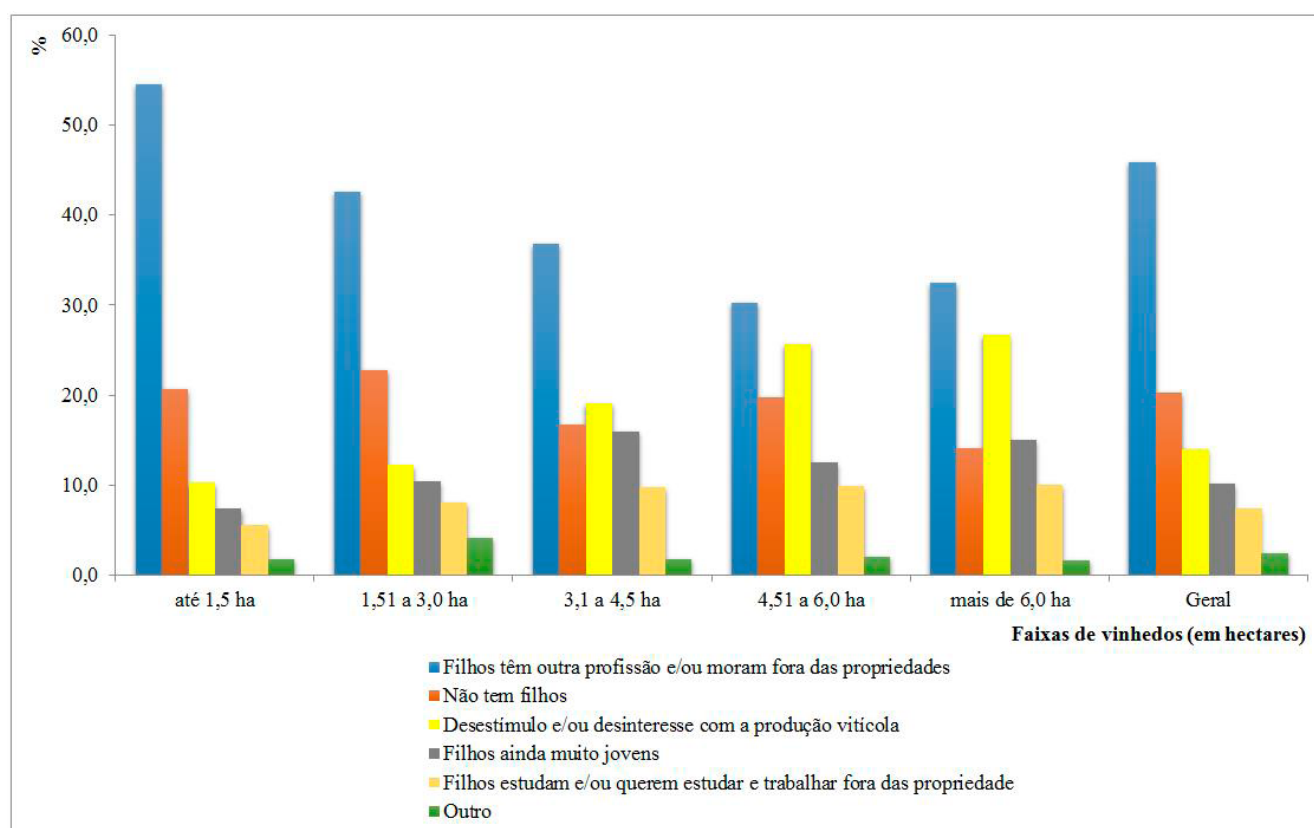


Fig. 13. Motivos principais relacionados à perspectiva de falta de sucessão familiar nas propriedades vitícolas utilizadas no estudo – ano de 2012.

principais destacadas pelos produtores, tais como: baixa remuneração decorrente de baixos preços de venda e de altos custos de produção; dificuldades em cumprir com a legislação ambiental atual; falta de políticas públicas de incentivo à atividade; e dificuldades de contratação de mão obra para uma atividade altamente intensiva no uso desse recurso produtivo. Associada a isso, embora não tenha sido citada diretamente pelos viticultores, a infraestrutura disponível na zona rural tende a ser bastante precária em termos de estradas, escolas, acesso à internet, bem como outros benefícios encontrados nos centros urbanos, que são atrativos para uma melhor qualidade de vida.

Considerações Finais

A partir dos resultados apresentados ao longo deste estudo, é importante destacar alguns pontos adicionais importantes, que envolvem a situação da mão de obra familiar nas propriedades rurais que produzem uvas no Rio Grande do Sul:

1. Embora a atividade vitícola seja altamente intensiva no uso de mão de obra, nos últimos 20 anos verificou-se uma acentuada diminuição na disponibilidade de mão de obra familiar.
2. Nas últimas duas décadas, o envelhecimento dos membros das famílias ligadas às propriedades produtoras de uva do Estado é um fato bastante evidente. Nessa perspectiva, a idade média dos trabalhadores familiares, em 2012, já se situava próxima dos 50 anos.
3. A necessidade de contratação de mão de obra, sobretudo temporária, parece tornar-se cada vez mais necessária para significativa parcela de propriedades vitícolas familiares. Esse fato pode ser atribuído à elevação da idade dos membros das famílias, bem como à diminuição da disponibilidade desses nas próprias propriedades rurais.
4. Caso não haja reversão das perspectivas dos viticultores, nos próximos anos, tende a ser expressivo o número de propriedades produtoras de uva que sairão da atividade devido à falta de sucessores. Esse problema de sucessão é justificado, em grande parte, pelo fato de muitos jovens moradores dessas propriedades estarem dispostos a buscar melhores oportunidades de

trabalho na cidade, ao mesmo tempo em que muitos deles apresentam grande desestímulo e desinteresse em continuar na atividade.

5. Para minimizar os possíveis problemas de sucessão, Protas e Camargo (2011) destacam a necessidade de se criarem mecanismos de estímulo à produção, como aqueles propostos no Programa de Modernização da Vitivinicultura e os que possam ser derivados das demandas crescentes por uvas para processamento em outros estados. Adicionalmente, os autores salientam que, nas regiões tradicionais de produção vitícola, como é o caso da Serra Gaúcha, além das facilidades de acesso às áreas rurais, a viticultura poderia ser desenvolvida, como em diversas regiões europeias, em regime de tempo parcial, quando o produtor desenvolve, paralelamente à atividade vitícola, outra, normalmente no meio urbano. Isso porque, em alguns meses do ano, as atividades associadas ao manejo da videira demandam pouca mão de obra.

6. Além das proposições citadas acima, para minimizar os problemas em questão, é pertinente enfatizar que poderiam ser elaborados outros mecanismos e/ou políticas, direcionados para os seguintes pontos: maior integração entre indústria e produtor, contribuindo especialmente para a busca de soluções conjuntas, visando aumentar a qualidade e a remuneração da produção; estímulo ao desenvolvimento de territórios, como no caso das indicações geográficas, com maior distribuição de benefícios econômicos a todos os envolvidos no segmento vitivinícola; ampliação de oportunidades de turismo rural e de agregação de valor à produção vitícola e de outros produtos agropecuários na própria propriedade (ex.: produção e comercialização de vinho colonial e suco de panela); melhoria na infraestrutura rural, com destaque para estradas, telefonia, internet e escolas; e capacitação dos jovens rurais, sobretudo com tecnologias relacionadas com controle e gestão da propriedade, permitindo identificar necessidades, ou não, da realização de mudanças na condução das mais diversas atividades e/ou operações agrícolas e comerciais.

7. Finalmente, salienta-se que a elaboração e a implementação de distintos mecanismos e/ou políticas exigem esforços e mobilizações que,

necessariamente, devem envolver representantes de diversos segmentos (viticultores, indústrias, assistência técnica e extensão rural, pesquisa, sindicatos, cooperativas, parlamentares, órgãos de governos e outros), visando a criação de programas específicos, capazes de viabilizá-los.

Referências

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 maio 2014.

MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E.; SILVA, S. M. R. da. Dados cadastrais da viticultura do Rio Grande do Sul: 2008 a 2012. In: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. (Ed.). **Cadastro vitícola do Rio Grande do Sul: 2008 a 2012**. Brasília: Embrapa, 2013. 1 CD-ROM.

MELLO, L. M. R. de. Evolução da viticultura do Rio Grande do Sul: 1995 a 2012. In: MELLO, L. M. R. de; MACHADO, C. A. E. (Ed.). **Cadastro vitícola do Rio Grande do Sul: 2008 a 2012**. Brasília: Embrapa, 2013. 1 CD-ROM.

PROTAS, J. F. da S.; CAMARGO, U. A. **Vitivinicultura brasileira: panorama setorial de 2010**. Brasília, DF: SEBRAE; Bento Gonçalves: IBRAVIN: Embrapa Uva e Vinho, 2011. 110 p.

PROTAS, J. F. da S.; CAMARGO, U. A.; MELO, L. M. R. de. **A vitivinicultura brasileira: realidade e perspectivas**. Bento Gonçalves: Embrapa Uva e Vinho, 2002. Disponível em: <<http://www.cnpv.embrapa.br/publica/artigos/vitivinicultura/>>. Acesso em: 22 maio 2012.

Comunicado Técnico, 163

Exemplares desta edição podem ser adquiridos na: Embrapa Uva e Vinho
Rua Livramento, 515 - Caixa Postal 130
95700-000 Bento Gonçalves, RS
Fone: (0xx) 54 3455-8000
Fax: (0xx) 54 3451-2792
<https://www.embrapa.br/uva-e-vinho/>

1ª edição

Comitê de Publicações

Presidente: *César Luis Girardi*
Secretária-Executiva: *Sandra de Souza Sebben*
Membros: *Adeliano Cargnin, Alexandre Hoffmann, Ana Beatriz da Costa Czermainski, Henrique Pessoa dos Santos, João Caetano Fioravanco, João Henrique Ribeiro Figueredo, Jorge Tonietto, Luisa Veras de Sandes Guimarães e Viviane Maria Zanella Bello Fialho*

Expediente

Editoração gráfica: *Alessandra Russi*
Normalização bibliográfica: *Luisa V. de S. Guimarães*